



Gabriel Barros

Economista-chefe da ARX
Investimentos

Artigo

Brasil: a oportunidade de uma geração

Há momentos em que a história deixa de se mover à margem e passa a reorganizar o centro de gravidade da economia mundial. É isso o que ocorre agora. **A combinação entre tensões geopolíticas, fragmentação das cadeias produtivas, transição energética, revalorização da segurança estratégica e corrida global por recursos escassos começou a redefinir a lógica de alocação do capital internacional.** Já não se trata apenas de buscar retorno. Busca-se também resiliência, previsibilidade, acesso a insumos críticos e exposição a geografias menos vulneráveis aos choques que se acumulam globalmente. Nesse rearranjo, os países emergentes voltam ao radar. E poucos espaços do mundo aparecem tão bem-posicionados quanto a América Latina. Dentro dela, nenhum país reúne tantas condições objetivas para capturar esse movimento quanto o Brasil.

Durante muito tempo, o capital estrangeiro olhou para os emergentes de forma episódica, quase sempre subordinado aos ciclos

globais de liquidez, à arbitragem de juros e à oscilação dos preços de *commodities*. Entrava com velocidade, saía com a mesma rapidez e, no intervalo, pouco deixava além de valorização de ativos e alguma compressão temporária de *spreads*. **O que parece emergir agora é algo de outra natureza.** O investidor global, assim como as grandes corporações e os próprios governos, passou a incorporar uma variável antes subestimada: a geografia estratégica. Em um mundo mais conflagrado, mais fragmentado e mais defensivo, a localização dos ativos, a confiabilidade dos fornecedores, a estabilidade territorial e a disponibilidade de recursos naturais voltaram a ter peso decisivo.

É precisamente aí que a **América Latina** ganha relevância. A região **combina três atributos raros** no mundo contemporâneo. O **primeiro** é a distância relativa dos principais focos de conflito. O **segundo** é a abundância de recursos naturais em um momento em que recursos voltaram a ser sinônimo de poder. O **terceiro** é a existência, ainda que desigual, de

democracias funcionais, mercados minimamente integrados ao sistema financeiro internacional e espaço para expansão do investimento produtivo. Em um planeta que passou a discutir soberania energética, segurança alimentar, minerais críticos, reindustrialização e autonomia estratégica, a América Latina deixou de ser apenas uma periferia exportadora para se tornar uma possível fronteira de reposicionamento do capital.

Não é difícil entender por quê. A região concentra água em abundância, terras agricultáveis, capacidade de produção de alimentos, reservas relevantes de petróleo e gás, além de minerais estratégicos como cobre, lítio e minério de ferro. Em uma economia mundial que demandará quantidades crescentes de energia, fertilizantes, metais industriais e insumos voltados tanto ao uso civil quanto ao militar, essa dotação deixa de ser um dado passivo e passa a ser um ativo geopolítico. A transição energética, tão frequentemente descrita em linguagem quase abstrata, é na verdade intensiva em território, infraestrutura e matérias-primas. O mesmo vale para a nova economia digital, para a expansão da inteligência artificial e para a reorganização das cadeias industriais em bases mais seguras. **Tudo isso exige recursos. E poucos espaços podem oferecê-los com a escala da América Latina.**

Ainda assim, a região não é homogênea. E é justamente nessa diferenciação interna que o

Brasil se impõe. Seu peso decorre, em primeiro lugar, de algo simples e decisivo: escala. O Brasil é grande o suficiente para importar ao investidor global. Tem mercado doméstico, densidade empresarial, sistema bancário robusto, agronegócio altamente competitivo, base industrial ainda relevante e mercado de capitais muito mais profundo e líquido do que o de seus pares regionais. Para o capital internacional, isso faz enorme diferença. Escala permite entrada com relevância; liquidez oferece saída com menor custo; sofisticação institucional reduz atrito. Em outras palavras, o Brasil não é apenas mais um destino emergente. É o único da região capaz de absorver fluxos significativos em diferentes classes de ativos sem perder imediatamente funcionalidade de mercado.

Esse ponto merece ênfase. Em tempos de incerteza global, não basta que um país tenha potencial; é preciso que disponha de mecanismos concretos para transformar interesse em alocação. **O Brasil os possui.** Seu sistema financeiro é sofisticado, sua infraestrutura de mercado é madura, sua regulação prudencial é reconhecida, sua capacidade de intermediação é ampla e sua familiaridade com o investidor estrangeiro não é trivial. **Há poucos emergentes capazes de combinar, ao mesmo tempo, abundância de recursos naturais, massa crítica de mercado interno, liquidez financeira, tecnologia bancária e uma arquite-**

Em tempos de incerteza global, não basta que um país tenha potencial; é preciso que disponha de mecanismos concretos para transformar interesse em alocação. O Brasil os possui

tura institucional suficientemente desenvolvida para acomodar capital de portfólio e investimento direto. Essa combinação confere ao país uma vantagem comparativa difícil de reproduzir.

Há também um elemento menos mensurável, mas não menos relevante: o **Brasil oferece** uma narrativa inteligível ao capital internacional. Em um mundo que voltou a pensar em blocos, zonas de influência e cadeias de suprimento confiáveis, o país pode se apresentar como plataforma de produção de alimentos, energia, minerais e ativos financeiros em uma geografia relativamente protegida. Pode ser destino de investimento em infraestrutura, em logística, em transição energética, em crédito, em *equity*, em tecnolo-

gia aplicada ao sistema financeiro e em cadeias ligadas à segurança de suprimento. Essa **pluralidade** é rara. Muitos países são competitivos em um ou dois vetores. O Brasil é potencialmente competitivo em vários ao mesmo tempo.

Mas é justamente aí que a questão deixa de ser conjuntural e se torna histórica. O ponto mais importante não é que o Brasil esteja bem-posicionado para atrair capital; é que essa atração, **se bem aproveitada, pode finalmente oferecer ao país** — e em alguma medida à própria América Latina — **uma chance concreta de escapar da armadilha da renda média.** O termo, consagrado na literatura acadêmica, descreve com precisão a condição de sociedades que conseguiram superar a pobreza estrutural e ingressar em um patamar intermediário de renda, mas fracassaram em realizar a travessia seguinte: aquela que conduz à renda alta. É uma etapa particularmente difícil porque exige reformas mais sofisticadas, instituições mais densas, ganhos consistentes de produtividade e um padrão muito mais elevado de coordenação entre Estado, mercado e sociedade.

Sair da renda baixa costuma ser, em larga medida, obra da urbanização, da industrialização inicial, da incorporação de mão de obra e da acumulação básica de capital. **Sair da renda média é outra tarefa.** Requer educação de melhor qualidade, segurança jurídica mais estável, regulação mais racional,

Estado mais eficiente, ambiente de negócios menos ruidoso e instituições capazes de premiar investimento de longo prazo em vez de perpetuar ciclos de baixa produtividade. Em suma, **requer um salto institucional. E esse é o verdadeiro teste para o Brasil.**

A oportunidade atual, portanto, não deve ser lida como mero episódio favorável de mercado. Ela pode ser o empurrão externo que faltava para desencadear uma transformação mais profunda. O mundo precisa, simultaneamente, de alimentos, energia, minerais, território confiável e mercados capazes de receber capital com escala. O Brasil pode oferecer tudo isso. Entretanto, recursos, por si só, não produzem desenvolvimento; **o que produz desenvolvimento é a capacidade de convertê-los em produtividade, infraestrutura, inovação e capital humano.** A história econômica está repleta de países ricos em dotação natural e pobres em desempenho. O diferencial nunca esteve apenas no que a geologia entrega, mas no que as instituições são capazes de fazer com ela.

É por isso que o momento atual talvez seja mais do que promissor, talvez seja decisivo. Janelas históricas não permanecem abertas por muito tempo. Elas surgem quando condições externas e possibilidades internas se alinham de modo incomum. Hoje, esse alinhamento existe. A **geopolítica** empurra capital para geografias mais seguras. A **transição energética** ele-

va o valor de recursos dos quais o Brasil dispõe em abundância. A **fragmentação global** aumenta o prêmio pago a grandes mercados emergentes com liquidez e alguma maturidade institucional. E a América Latina, menos exposta aos choques mais agudos da ordem internacional, reaparece como espaço de oportunidade.

O risco, como tantas vezes ocorreu no passado, é confundir vantagem inicial com destino garantido. Não há automatismo algum entre atrair capital e enriquecer. Sem reformas, previsibilidade e instituições de qualidade superior, o influxo de recursos pode se dissipar em valorização transitória de ativos, apreciação cambial e nova rodada de promessas adiadas. Com as escolhas corretas, porém, o desfecho pode ser outro. **O Brasil tem diante de si não apenas uma fase favorável, mas a possibilidade rara de transformar atributos históricos — território, escala, recursos, liquidez — em prosperidade duradoura.**

É isso que torna o momento singular. Mais do que uma boa conjuntura, **o país talvez esteja diante de uma oportunidade de uma geração.** E oportunidades, como se sabe, não costumam oferecer a mesma chance duas vezes. 

O texto não reflete necessariamente as opiniões da empresa.

Gabriel Barros escreve a cada bimestre.